

Representações discursivas das microagressões sofridas por pessoas trans no contexto social e no mundo do trabalho

BÁRBARA NOVAES MEDEIROS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Representações discursivas das microagressões sofridas por pessoas trans no contexto social e no mundo do trabalho

Discursive representations of microaggressions suffered by trans people in the social and in the world of labour

Resumo

O objetivo deste estudo é o de analisar as representações discursivas das microagressões sofridas por pessoas trans no contexto social e no mundo do trabalho. O estudo parte da narrativa de vida de uma pessoa trans e das suas experiências no contexto social e no mundo do trabalho, sob pressupostos teórico-metodológicos da Análise de discurso crítica (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003, 2016). As análises das representações das microagressões organizaram-se em torno de três eixos temáticos: contexto social; atores sociais (Família, Escola, Igreja e Estado); e o trabalho. Pode-se dizer que não há espaço para a variabilidade de condutas e comportamentos no contexto sócio-organizacional, sinal de representações das microagressões sofridas pelas pessoas trans. Acredita-se que este estudo poderá proporcionar novas traduções para as práticas discursivas, sociais e culturais na contemporaneidade. A intenção é a de mitigar as violências experimentadas por pessoas trans no contexto social e no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Microagressões. Transfobia. Pessoas trans.

Abstract

The aim of this study is to analyze the discursive representations of microaggressions suffered by trans people in the social context and in the world of work. The study starts from the life narrative of a trans person and their experiences in the social context and in the world of work, under theoretical-methodological assumptions of Critical Discourse Analysis (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003, 2016). The analyzes of representations of microaggressions were organized around three thematic axes: social context; social actors (Family, School, Church and State); and the work. It can be said that there is no room for the variability of conducts and behaviors in the socio-organizational context, a sign of representations of the microaggressions suffered by trans people. It is believed that this study may provide new translations for contemporary discursive, social and cultural practices. The intention is to mitigate the violence experienced by trans people in the social context and in the world of work.

Keywords: Microaggressions. Transphobia. Trans people.

Introdução

O objetivo deste estudo é o de analisar as representações discursivas das microagressões sofridas por pessoas trans no contexto social e no mundo do trabalho. A condição social que pessoas trans vivenciam é marcada por invisibilidade e apagamento, tendo em vista a permanente estigmatização, preconceito e desrespeito vivido, sinal de não-reconhecimento, vulnerabilidade e intolerância. A violência que pessoas trans experimentam é histórica e estrutural em uma sociedade homogeneizadora de comportamentos e condutas, que produz e propaga verdades acerca das normas de gênero e sexualidade, e as reitera por meio de discursos hetero-cis-normativos. Esses cobram a linearidade e o comprometimento com as normas de gênero binárias (homem ou mulher, masculino ou feminino) e com a norma sexual da heterossexualidade, padrão de desejo sexual a ser seguido. Essa miríade de regras construídas e sustentadas socialmente deslegitimam a pluralidade da performatividade de

gênero, o modo como os atos de gênero são realizados para além das regras esperadas para os corpos, sexos e gêneros (Bento, 2006, 2008; Butler, 2019; Worthen, 2016).

Por viverem a recusa de normas e não normalizarem os seus corpos a partir dos padrões sociais, pessoas trans são afetadas por violências transfóbicas (Carrieri, Souza, & Aguiar, 2014). A transfobia compreende formas historicamente instituídas de discriminação, criminalização, patologização e estigmatização que, de diferentes maneiras, se destinam a tornar estes corpos abjetos (Balzer, LaGata, & Berredo, 2016). Isso pode ser percebido por meio de olhares que anunciam uma violência simbólica, sutil, nem sempre dita, mas percebida por quem sente e sofre tal exclusão e rejeição (Bourdieu, 2003), como por exemplo, por meio do humor ofensivo. E, até mesmo, com formas de violências físicas, que podem variar desde lesão corporal ao homicídio.

No ambiente familiar, pessoas trans têm a primeira experiência de abandono social, já que é neste ambiente que são desamparadas, quando são rechaçadas de casa e não mais aceitas por se afastarem das normas sociais e culturais (Soich, 2019). No ambiente escolar, as relações sociais sustentam um lugar insólito para permanência em que muitas pessoas trans, por não conseguirem concluir o período escolar completo, são afetadas com a baixa escolarização, o que tem efeitos negativos na marginalização e na busca por trabalho (Almeida & Vasconcellos, 2018; Amorim, 2018). No campo do direito, o reconhecimento é precário, nem sempre há políticas públicas amplas que contemplem as necessidades (até mesmo as básicas) de pessoas trans. Na saúde, há precariedade quanto às políticas assistenciais. Essa condição social, característica de ordens discursivas em que pessoas trans são alijadas do reconhecimento social, muitas vezes as destinam à prostituição não por escolha, mas como único meio de subsistência (Balzer, LaGata, & Berredo, 2016; Bento, 2006, 2008; Irigaray, 2012; Rodrigues, 2018).

No contexto organizacional, os processos seletivos de recrutamento e seleção tendem a não se manifestarem em relação à inclusão de pessoas trans, o que ocorre até mesmo em empresas que dizem possuir políticas para a promoção da diversidade (Carrieri, Souza, & Aguiar, 2014; Irigaray, 2012; Rodrigues, 2018). Marinho e Almeida (2019) apontaram por exemplo, em seu estudo, que as pessoas trans associaram o mundo do trabalho a um campo minado, pelo medo constante de passarem por situações constrangedoras de transfobia, ou seja, uma situação limite, que se apresentam como corriqueiras. No estudo de Costa et al. (2020), 28, 20% de mulheres trans e 29, 91% de homens trans em um universo de 384 participantes do Rio Grande do Sul e de São Paulo, relataram ter sido vítima de discriminação no local de trabalho. É por isso que muitas pessoas trans vivem o subemprego, a informalidade, a terceirização, em salões de beleza (lado artístico, envolve o próprio processo de transformação pelo qual passaram), *telemarketing* (grande nicho de ocupação de pessoas LGBTs, e uma forma de torná-las invisíveis) e bares que atendem o público LGBT (Carrieri, Souza, & Aguiar, 2014; Irigaray, 2012; Marinho & Almeida, 2019).

O desamparo social que pessoas trans enfrentam, fruto de violências transfóbicas é advindo de estigmas sociais e pode ser considerado como uma forma de controle social formal (Goffman, 2012). Um tipo de controle opressivo por provocar apagamento, invisibilização e negação social de pessoas trans. Essas violências transfóbicas criam uma espécie de estresse minoritário, um tipo “moderno” de preconceito e/ou discriminação (DeSouza, Wesselmann, & Ispas, 2017), em que as experiências cumulativas com as formas sutis de discriminação podem resultar em sofrimento (Costa et al., 2017; Nadal, Whitman, Davis, Erazo, & Davidoff, 2016). A teoria do estresse minoritário, cunhada por Meyer (2003), preconiza que o sofrimento da população LGBT é resultante da associação entre discriminação direta, estigma percebido e preconceito internalizado.

O estresse de minoria está associado ao ostracismo (não-aceitar, ignorar e excluir alguém, uma forma de tratamento silencioso); às microagressões (comentários que podem até passar como inofensivos por serem naturalizados); e comportamentos de exclusão explícitos,

não tão sutis, como falta de apoio social, assédio ou rejeição (ameaças até de rescisão), desigualdades estruturais (por exemplo, a falta de acesso ao banheiro) (Costa et al., 2020; DeSouza et al., 2017; Hendricks & Testa, 2012). Violências sutis devido ao clima hostil que as pessoas trans vivem no mundo do trabalho (DeSouza et al., 2017).

Na literatura, as violências sutis direcionadas a pessoas trans ainda são pouco exploradas (Chang & Chung, 2015; DeSouza et al., 2017; Nadal et al., 2016). É com fins de minimizar esta lacuna que este estudo se debruça sobre as microagressões vivenciadas por pessoas trans no contexto social e no mundo do trabalho. Para tal, mobiliza-se primeiro a discussão teórica sobre as violências sofridas por pessoas trans, para, em seguida, apresentar, à luz da análise do discurso crítica, as estratégias teórico-metodológicas. Logo após, serão analisados excertos da narrativa de vida de uma pessoa trans no contexto social e no mundo do trabalho. Ao final, tecem-se as considerações finais com os encaminhamentos futuros para novas pesquisas.

Violências sofridas por pessoas trans: um olhar sobre as transfobias, microagressões e ostracismos

Discursos e atos violentos contra pessoas trans têm sido estudados não apenas sob a nomenclatura de transfobias, mas com outros conceitos como violências, desrespeito, preconceitos, discriminações, discurso de ódio, homofobia, entre outras. Antigamente, o uso do conceito homofobia era mais usual como termo guarda-chuva para se referir às violências contra LGBTs. A partir de 2010 o uso do conceito transfobia se disseminou (Podestà, 2019). Esta seção pontua como os conceitos de microagressões e ostracismos são oportunos para uma análise teórica sobre a violência transfóbica.

As transfobias, por exemplo, podem ser percebidas em violações aos direitos humanos. Davis (2009, p.111, tradução nossa) define transfobia como o “medo, ódio ou desconforto com pessoas cuja identidade de gênero ou expressão de gênero não estão em conformidade com as normas culturais de gênero”. Essas formas de violências legitimam o tratamento prejudicial às pessoas trans (Worthen, 2016). Mas, a aceitação e incorporação do modelo binário (em si, uma forma de violência simbólica que afeta pessoas trans) (Carrieri, Souza, & Aguiar, 2014), não impede o exercício de outras formas de transfobia, como o ostracismo e as microagressões.

O ostracismo, por ser uma violência invisível aos observadores, é, para a vítima, de difícil comprovação (Desouza, Wesselmann, & Ispas, 2017). É uma forma de tratamento silencioso comum no cotidiano organizacional, que estigmatiza as minorias sexuais e de gênero. Minorias ostracizadas são privadas de reconhecimento, cidadania e direitos e constituem-se a partir de rejeições, demarcações e classificações. A pessoa que é alvo do ostracismo pode não ter certeza sobre a intenção do dano por parte dos malfeitores, que têm seus comportamentos atribuídos a várias causas que são difíceis de contestar. Essa forma de preconceito pode funcionar silenciosamente, moldar o contexto de trabalho incivil e afetar as pessoas e as organizações em muitos níveis (Di Marco, Hoel, Arenas, & Munduate, 2015).

Segundo Robinson, O'Reilly e Wang (2013), o ostracismo pode ser uma experiência dolorosa e de grande impacto por faltar ação para envolver outra pessoa socialmente, reduzindo assim, a interação social. A experiência do ostracismo depende do contexto, do que é e não é considerado socialmente apropriado para ocorrer em determinado local. E, quando ocorre, ele ameaça o sistema de reconhecimento da pessoa a ponto de ela não saber o motivo pelo qual aquela situação aconteceu ou não saber se aconteceu mesmo. A pessoa que sofre o ostracismo tende a vê-lo como algo anormal e atribuí-lo às características sobre si mesmo como uma forma de se culpabilizar.

Entre os impactos do ostracismo, Robinson, O'Reilly e Wang (2013) pontuaram que o ostracismo é mais intenso quando visa ao individual em comparação a quando é dirigido a

muitos colegas. E quanto mais intenso, mais pragmático pode ser o seu impacto, considerando os resultados negativos advindos de serem excluídos no trabalho; e maior será o impacto psicológico também, nas emoções e no humor. Quando o indivíduo está ciente da ocorrência do ostracismo, ele fica mais vigilante por causa da falta de poder. Na medida em que for percebido como ameaçador, ele terá um impacto mais forte.

Para Di Marco et al. (2015), o preconceito contra uma minoria estigmatizada pode ser internalizado por colegas de trabalho, sendo uma forma “moderna” e sutil de discriminação, que se manifesta por meio de piadas, uso de linguagem inadequada, desvalorização da não-heterossexualidade, estereotipagem, sexualização dos funcionários, incivilidade, ostracismo e comportamentos e/ou perguntas intrusivas. Exemplo disso é percebido em comportamentos como o de evitar ou rejeitar um colega não-heterossexual, não reconhecer a opinião de um colega, interromper colegas, ser sarcástico, o que viola os limites do que é considerado adequado no local de trabalho. Isso demonstra que a discriminação não desapareceu, simplesmente mudou as suas formas de manifestação. Sendo, portanto, expressão pura da incivilidade no local de trabalho como preconceito sexual, que emerge não apenas de uma única interação, mas é o resultado de uma série de repetidas incivildades nas interações.

Segundo Resnick e Galupo (2018), quando funcionários não estão em conformidade com as normas heterossexuais e cisgêneras, eles estão sujeitos a experimentarem consequências disso, como a vivência de microagressões, que reforçam as normas culturais pautadas sobre padrões preconceituosos e discriminatórios de sexualidade e gênero. Para Nadal et al. (2016, p. 1, tradução nossa), as microagressões “são formas sutis de discriminação, muitas vezes inconscientes ou não intencionais, que comunicam mensagens hostis ou depreciativas, particularmente para e sobre grupos sociais historicamente marginalizados”. Essas interações, por estarem enraizadas culturalmente, podem ser mais difíceis de reconhecer e mudar. Além disso, tendo em vista que as microagressões não são rechaçadas, as pessoas que as cometem tendem a pensar que a continuidade do comportamento é aceitável e podem não perceber que estão marginalizando e causando dor aos seus colegas LGBT, além de estarem impactando a produtividade e a dinâmica interpessoal (Resnick & Galupo, 2018).

Esse comportamento é apontado por Nadal et al. (2016) como a invisibilidade do viés não intencional, considerando que a maioria das pessoas são socializadas conforme normas preconceituosas propagadas por grupos dominantes. Um exemplo disso é quando pessoas cisgêneras nem percebem a não existência de banheiros para gênero neutro nos diversos espaços públicos, porque elas são socializadas para acreditarem na necessidade de apenas dois tipos de banheiro, um para os homens e o outro para as mulheres. Esse seria, portanto, um tipo de duplo silêncio, que envolve uma violência que também é silenciosa, tal qual as microagressões e o ostracismo.

As microagressões foram relacionadas, por Resnick e Galupo (2018), com base no sistema geral de valores instituído no local de trabalho, a partir: de suposições heteronormativas, decorrentes da presunção de que o funcionário é heterossexual, considerando que a vítima não precisa divulgar sua orientação para vivenciar essa microagressão; e da cultura cisnormativa, considerando as experiências vividas no contexto do trabalho relacionadas à identidade e/ou expressão de gênero, o que endossa a cultura ou o comportamento normativo e binário de gênero. Segundo Robinson, O’Reilly e Wang (2013, p. 210), são essas heteronormas normas que “irão ditar quem é reconhecido com uma saudação verbal, quem provavelmente é reconhecido com apenas um sorriso e quem é totalmente ignorado, quando eles passam no corredor”, ou seja, silenciado e invisibilizado por meio de violências psicológicas que apagam suas existências.

Nadal, Rivera e Corpus (2010) discutiram alguns tipos de microagressões que afetam as pessoas LGBT, como: uso de linguagem/terminologia heterossexista ou transfóbica como forma de degradar pessoas LGBT; endosso/responsabilização das pessoas LGBT quanto à

manutenção de coerência com as normas heterossexuais e de gênero (exemplo: quando uma pessoa precisa esconder sua identidade de gênero para agir de acordo com a cultura dominante); suposição de que todas as pessoas LGBT vivem experiências iguais com base em estereótipos (exemplo: afirmação de que todas as mulheres trans são prostitutas); exotização de pessoas LGBT (exemplo: quando elas são tratadas como objetos sexuais em vez de serem vistas como seres humanos); desconforto e desaprovação de pessoas LGBT (exemplo: quando pessoas não LGBT condenam pessoas LGBT por suas expressões de gênero e sexualidade); negação, ao não reconhecer, do heterossexismo e da transfobia que há socialmente (exemplo: quando uma pessoa cisgênera afirma que a transfobia não existe); suposição de que homossexualidade ou não conformidade de gênero de pessoas trans é algo patológico, anormal (exemplo: crenças de que pessoas LGBT são portadoras de HIV, molestadores de crianças ou doentes mentais); e negação do heterossexismo e da transfobia individual (exemplo: quando alguém nega que fez ou disse algo ofensivo ou prejudicial para pessoas LGBT, ficando na defensiva).

Do estudo de Nadal, Skolnik e Wong (2012), específico para pessoas trans e em não conformidade de gênero, além de categorias em comum com o estudo de Nadal, Rivera e Corpus (2010), emergiram outras categorias de microagressões adicionais, como: ameaça física ou assédio (exemplo: por meio de assédio verbal, físico e violência); negação da transfobia individual (exemplo: quando a pessoa nega preconceitos contra pessoas trans e quando internaliza a transfobia); negação da privacidade corporal (exemplo: quando as pessoas objetificam os corpos de pessoas trans); microagressões familiares (exemplo: rejeições familiares); e microagressões sistêmicas e ambientais (exemplo: ocorrem em ambientes profissional e comunitário, em nível sistêmico).

Para Chang e Chung (2015), há a heterogeneidade das experiências trans e de microagressões que deve ser considerada. Isso inclui pensar sobre as microagressões vivenciadas antes, durante e após a transição de gênero; as microagressões vivenciadas por pessoas que fizeram a transição do gênero masculino para o feminino e do gênero feminino para o masculino, com base na direção da transição; e o impacto que o contexto pode ter sobre os incidentes de microagressão, dependendo do *status* da transição da pessoa.

Esses comportamentos violentos, como os tratados aqui, podem até parecer sutis, breves, mas podem causar danos psicológicos e físicos profundos, que duram anos (DeSouza et al.; 2017).

Estratégias teórico-metodológicas e análise do discurso crítica

O texto é “toda instanciada contextualizada, particular e individual” (Magalhães, Martins, & Resende, 2017, p. 210). Ele materializa ações discursivas no nível concreto da ação social. Isso não pode ser dissociado do contexto, devido permitir reflexividade crítica do momento discursivo em sua relação com os outros momentos das práticas sociais. Essa é a funcionalidade dos textos enquanto resultantes da estruturação social da linguagem, além de um aspecto potencial para a transformação desta estruturação. O potencial semiótico articula-se à organização potencial da sociedade (Magalhães et al., 2017).

É a partir dos textos que é possível buscar a compreensão dos sentidos das representações dos discursos produzidos por pessoas trans sobre as microagressões sofridas no mundo do trabalho. Os textos analisados neste estudo são advindos de uma entrevista realizada com uma pessoa trans, sujeito do discurso que enuncia e produz o texto com traços sociais que lhe deram origem e dos quais fazem parte. O aporte teórico-metodológico para tal análise discursiva foi baseado na crítica social. O interesse no campo é o de discutir problemas sociais relacionados às experiências de vida de pessoas trans e, com isso, aprofundar em contradições existentes na relação entre a linguagem e a sociedade, o que é extremamente relevante para o

estudo, considerando que “questões sociais são também questões discursivas” (Vieira & Resende, 2016, p.15).

Os textos não são vistos como materiais isolados na análise, mas a partir do seu uso contextualizado em contextos e situações específicas vivenciadas por pessoas trans. Os textos são partes do evento social, devido ser uma maneira falada ou escrita das pessoas (agentes sociais) agirem e interagirem nas estruturas (incluindo a linguagens) e práticas sociais (incluindo as ordens do discurso). Eles não são apenas efeitos de estruturas linguísticas e de ordens do discurso, mas efeitos de outras estruturas sociais e de práticas sociais de um modo amplo – internas, externas, relacionais, transformacionais –, em situações particulares e socio-historicamente situadas. Não se pode separar os fatores que moldam os textos, considerando que eles estão conectados a diferentes eventos sociais e medeiam a movimentação de uma “rede de textos” que implicam um alcance maior de discursos voltados para o controle de condutas e práticas sociais. Sendo assim, compõem um material rico para analisar as relações de dominação nas práticas sociais (ação/interação, mundo material, pessoas, relações sociais e discursos) por combinar gêneros (modos de agir); discursos (modos de representar); e, estilos (modos de identificar) (Fairclough, 2003; Vieira & Resende, 2016; Magalhães et al., 2017).

Nesse íterim, a prática discursiva e social compreende as atividades que estão sendo desenvolvidas com/por meio dos textos. O texto pode ser considerado como parte desta prática discursiva ampla no campo sócio-organizacional quando constitui eventos sociais, representa aspectos do mundo físico e social e aciona relações sociais com pessoas trans envolvidas no evento em um dado contexto social e histórico, como o do mundo do trabalho. Considerando a visão funcionalista da linguagem, pode-se dizer que o texto é parte discursiva empírica de práticas sociais no campo social e organizacional no qual vivemos. Sendo assim, o texto é fundamental para interagir, se relacionar, representar e para “ser” (identificar a si e aos outros). O desenvolvimento da prática social no campo sócio organizacional depende do uso do texto. Há entre eles uma relação dialética (Fairclough, 2003; Vieira & Resende, 2016; Magalhães et al., 2017).

É com esse intuito de perceber as nuances do texto, que o estudo apresentado é de ordem qualitativa e descritiva, advindo de uma pesquisa de doutorado. A geração de dados ocorreu em outubro e novembro de 2020. Em termos geopolíticos, a pessoa trans entrevistada neste estudo vive no Centro-Oeste brasileiro. O texto produzido e propagado por ela na entrevista é permeado por narrativas que contemplam o resgate da sua memória, ao relatar suas experiências de vida pessoal e profissional. A escolha metodológica pela análise da narrativa de vida, justifica-se, com a validade e credibilidade de qualquer outro método, sobretudo porque ao analisar histórias, é possível “alcançar e aprofundar inteligibilidades sobre o que acontece na vida social” (Bastos & Biar, 2015, p. 98). Considerando também, que a análise de narrativas contempla a abordagem estrutural e interacional com uma perspectiva discursiva, que privilegia a análise de problemas relacionados à construção identitária e a interação social, com um olhar sobre o contexto macro contextual ou sócio-histórico.

Na entrevista, entrevistadora e entrevistada estiveram envolvidas na produção e circulação do texto. O fato de ter sido realizada por meio de um roteiro previamente estabelecido permitiu maior flexibilidade à entrevistadora. Ter a característica de profundidade atribuiu à entrevista o sentido de estar relacionada com sentimentos, pensamentos, lembranças intensas e singulares da entrevistada.

A modalidade de interação comunicativa contou com uma variedade de registro linguístico-semiótico. O cenário virtual de realização da entrevista por meio da plataforma online *Google Meet*, teve implicações sobre o evento comunicativo, por envolver padrões diferentes de acesso. A entrevista foi gravada por meio de tecnologias de comunicação e transcrita posteriormente com auxílio do *Microsoft Word* e sua ferramenta “ditar” da suíte

Office 365. A entrevista foi realizada mediante declaração de consentimento livre e esclarecido da participante sobre objetivos da pesquisa.

Para este estudo, a entrevista realizada para análise teve a duração de 02 horas, 08 minutos e 23 segundos, na qual a entrevistada relatou nuances das violências sofridas, como microagressões, ostracismo, transfobias, tanto por ela, como por outras pessoas trans, por conviver diariamente com pessoas trans devido atuar como militante há mais de 10 anos. Niamba foi o nome fictício escolhido por ela própria para este estudo. Ela tem 37 anos, afirma-se como mulher trans com nome e gênero retificado no registro civil, heterossexual, preta, com crença em divindades de várias formas existentes, graduada em curso da área de sociais aplicadas, e não se vê como de classe média por mais que a sociedade a entenda como pertencente a tal classe.

Os dados foram selecionados a partir do relato de experiências de microagressões no contexto social e no mundo do trabalho. A escolha do *corpus* não se restringiu a selecionar verbalizações significativas, mas em operar também no pressuposto de que entrevistas são discursos escritos em que há seleção de palavras dentro de um contexto finito de opções e há representação, na linguagem, tanto do mundo físico como social (Fairclough, 2003, 2016; Salles & Dellagnelo, 2019).

Para a análise de dados, foi utilizada a Análise de Discurso Crítica, não só como teoria, mas como método também, a partir das asserções teórico-metodológicas de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003, 2016). A ACD entende o discurso como prática social, por refletir representações ideológicas a respeito da realidade e empregar a dialética entre discurso, texto e prática social. Isso tende a revelar aparatos de controle e dominação em estruturas sociais, além de promover a mudança social (Fairclough, 2016).

A interpretação focalizou o significado representacional, cuja orientação é ligada às maneiras particulares de representar aspectos no mundo a partir do próprio ponto de vista da pessoa, e no significado identificacional, relacionado ao modo de ser no mundo (Salles & Dellagnelo, 2019).

As categorias de análise que sustentaram o estudo relacionadas ao significado representacional foram a de *representações de eventos e de atores sociais* e a de *transitividade*, o que pode ser permeado por escolhas socio-semânticas, além de ter implicações ideológicas (Vieira & Resende, 2016). Essas representações foram observadas por meio da transitividade, observando-se a seleção de processos (significantes verbais), participantes (significantes nominais) e circunstâncias (significantes adverbiais). Os processos apresentam-se como relacionais (verbo marca uma relação – ser, ter, tornar-se) e de ação (agente – age em direção a um objetivo) (Fairclough, 2016).

Segundo Vieira e Resende (2016) com base em Leeuwen (1997, 2008), os participantes podem ser excluídos ou incluídos, podem ser representados por suas atividades ou enunciados, podem ser referidos por meio de julgados acerca do que são ou do que fazem, entre outros. E as circunstâncias podem indicar o modo, tempo, lugar ou causa em que o processo se desdobra. Juntos, processos, participantes e circunstâncias, possuem uma significação que pode revelar efeitos sobre a identificação de pessoas trans.

As categorias de análise que sustentaram o estudo relacionadas ao significado identificacional foram *avaliação*, *metáfora* e *modalidade*. A *avaliação* inclui afirmações que são avaliativas por apresentarem juízo de valor; afirmativas com verbos que denotam processos mentais afetivos; e presunções valorativas, sobre o que é bom ou desejável. A *metáfora* é um modo de compreender aspectos particulares do mundo, a partir de outros aspectos, ao se estabelecer correlações. Em relação à *modalidade*, esta aparece como uma forma de aproximar ou de afastar a pessoa entrevistada da responsabilidade do que ela diz.

Desse modo, os dados foram analisados linguisticamente por causa dos seus efeitos sociais e sistematicamente organizados em três eixos temáticos: a) representação das

microagressões às pessoas trans no contexto social; b) representações das microagressões às pessoas trans por atores sociais: um olhar sobre a Família, Escola, Igreja e Estado; c) representação das microagressões às pessoas trans no mundo do trabalho, conforme analisados a seguir.

Representação das microagressões às pessoas trans no contexto social

Neste eixo temático, analisa-se a representação das microagressões às pessoas trans no contexto social. O significado representacional é coerente para a análise por auxiliar a perceber como atores sociais agem sobre o mundo e sobre os outros, ou seja, sobre as pessoas trans em suas interações sociais. Além de observar o significado identificacional ao ponto de perceber a subjetivação de si frente a outras pessoas cisgêneras na sociedade. Seguem excertos de E8 a E13 que verbalizam e acionam esses diversos atores:

(E8) as pessoas querem a todo momento questionar e saber qual era o meu nome antigo, né?

Neste excerto, “as pessoas” em referência às pessoas em geral que fazem parte da sociedade civil, por meio de processos acionais, “querem”, “questionar”, e “saber” de modo intemporal, ou seja, “a todo momento” em circunstâncias que são recorrentes, “qual era o meu nome antigo, né? E assim, não respeitam a sua autodeterminação de gênero, o que é sinal de desrespeito e não reconhecimento civil. Isso pode ter efeitos diversos sobre a identificação de pessoas trans e sobre o modo como se relacionam em suas interações sociais (Robinson et al., 2013).

(E9) Eu já quis ser muito mais feminina e aí eu já quis ter esse corpo padrão eurocentrado que não é um corpo brasileiro, né? De ser extremamente magra, eu já quis, eu já passei por um processo de negar a origem do meu cabelo, então de alisar o meu cabelo a todo custo, de escovar, de ter um cabelo liso, de não me reconhecer enquanto preta, achar que eu era morena, né?

Neste excerto 9, a entrevistada começa se posicionando como sujeito na frase para falar sobre o evento da construção da sua feminilidade. Ela utilizou o verbo “querer” no pretérito perfeito do indicativo, ou seja, com a expressão “quis” no desenvolvimento da oração para demonstrar como desejava mudar o seu modo de ser, identificar e agir diante das regras de imposição social que impedem a livre expressão (Bento, 2006, 2008; Worthen, 2016). Essas se impõem como microagressões às pessoas trans por não permitirem a livre expressão e identificação. “Ser muito mais feminina”, “ter esse corpo padrão eurocentrado”, “ser extremamente magra”, “ter um cabelo liso” são os processos relacionais impostos a ela em forma de padrões sociais de feminilidade sobre os quais as respostas ao tentar se adequar tinham como efeito o “negar a origem do meu cabelo”, “alisar o meu cabelo”, “não me reconhecer enquanto preta”, e “achar que eu era morena”. Fruto de crenças sociais que perpassam opressões sociais de gênero, classe e raça na sociedade, e que podem nem sempre ser percebidas pelos grupos dominantes de tão naturalizadas que estão nas vivências cotidianas (Nadal et al., 2016). E expressão da negação de si frente a afirmação do padrão estético, que extrapola o espaço geográfico brasileiro ao alcançar a influência do “padrão eurocentrado”, como corpo modelo para a sociedade brasileira.

(E10) O Brasil não é o país que criminaliza, mas é o país que mais mata travestis e transexuais e aí é muito mais louco para mim, porque ao mesmo tempo que é o país que mais mata, é o país que mais consome pornografia com esses corpos, né? E aí quem tem que ser enxergada como bizarra nesse contexto, sou eu que sou uma mulher

transexual. Então assim, o meu afeto, a minha sexualidade é feita de bizarra, é colocada a prova, é esculhambada, é esculachada a todo momento.

Nesta verbalização 10, a entrevistada nominaliza o Brasil e o caracteriza com o país “que mais mata travestis e transexuais” e “mais consome pornografia com esses corpos”. De modo implícito, os brasileiros são os atores acionados, responsáveis por esse “contexto” ou circunstância, criticados pelo que fazem contraditoriamente ao expressarem de um lado abjeção e do outro, desejo sexual por “esses corpos”, o que é “muito louco” na avaliação dela. Expressão da negação da privacidade corporal (Nadal et al., 2012) e da erotização de indivíduos LGBTs (Nadal et al., 2010). Ela se coloca no texto ao fazer a representação de si por meio de processo relacional – “sou eu que sou uma mulher transexual” – ao expressar o modo como é enxergada, como “bizarra”. De certo modo, ela própria talvez se vê assim por incisiva imposição social, o que é uma microagressão ao contemplar a exclusão e a rejeição por meio de uma violência simbólica, risível (Bourdieu, 2003). E o efeito disso é atemporal, “a todo momento”, considerando que o seu “afeto” e a sua “sexualidade”, “é feita de bizarra”, “é colocada a prova”, “é esculhambada”, “é esculachada”, devido à suposição de que todas as pessoas trans vivem experiências iguais. Isso expressa o tratamento rude e ofensivo oferecido pela sociedade por meio da linguagem verbal e não-verbal, transfóbica, como forma de degradar indivíduos LGBTs (Nadal et al., 2010; Di Marco et al., 2015).

(E11) Enquanto muitas vezes mulheres cisgêneras estão preocupadas de andar a noite por não serem estupradas, eu além de ter a preocupação de não ser estuprada, eu tenho a preocupação se eu não vou ser morta passando por uma situação dessa, né?

Nesta fala 11, a entrevistada não modaliza, ela se coloca no texto como “eu” em seus processos relacionais “eu tenho” nas circunstâncias noturnas com seus perigos iminentes. E traz explicitamente, as “mulheres cisgêneras” (atrizes), ao se comparar quanto as preocupações existentes frente ao evento “estupro” acompanhado da possibilidade de “ser morta” sendo uma pessoa trans e “passando por uma situação dessa”, circunstâncias de risco a segurança física ao “andar a noite”. Atores que não foram acionados, mas que estão implícitos neste excerto são os estupradores, conforme são socialmente julgados pelos atos que cometem. Neste caso há uma dupla vulnerabilidade em “ser estuprada” e “ser morta”, considerando a dupla condição de gênero em ser mulher e ser trans, atrelada a ameaça física, assédio, objetificação do corpo e negação da privacidade corporal (Nadal et al., 2010; Nadal et al., 2012).

(E12) Durante o dia, de minimamente perceber olhares, né? Das pessoas meio que com a síndrome do cotovelo, né? Se cutucando umas as outras ali para falar alguma coisa de mim.

Nesta fala 12, a entrevistada aborda as circunstâncias e temporalidade diurna – “durante o dia” – para expressar como há “olhares” entre as pessoas – atores acionados no texto –, o que é percebido de modo sutil, “minimamente” por ela (Nadal et al., 2016). A metáfora “síndrome de cotovelo” em alusão a algo que remonta a um conjunto de sinais e sintomas do processo acional de cutucar uma pessoa ao querer dizer algo de modo despistado para não ser visto/percebido, é verbalizada por ela como expressão de microagressão que pessoas trans vivenciam em suas interações sociais, símbolo de violências simbólicas. Esse ostracismo, como dito por DeSouza et al. (2017), por ser uma violência invisível aos observadores e difícil para a vítima prová-lo.

(E13) Muitas vezes essas histórias acontecem de uma forma velada assim, né? Mas eu já soube de pessoas que não queriam estar no mesmo espaço que eu e aí eu já encontrei algumas e aí eu questionei e aí a pessoa fugia e dizia: “não, eu não falei isso”, né? “Imagina, eu não tive essa intenção, se foi isso que pareceu, desculpa”, mas

são coisas que muitas vezes a gente consegue perceber, mas nada é escancaradamente, sabe?

Nesta fala 13, a entrevistada modaliza alguns atores ao não os definir nas “histórias” que “acontecem de uma forma velada”, ou seja, nas circunstâncias de microagressões que pessoas trans – “a gente” – sofrem, mas conseguem “perceber” ao serem excluídas, invisibilizadas e até mesmo repelidas de modo silencioso em algum “espaço”. Ela relata o evento que viveu com “pessoas que não queriam estar no mesmo espaço” que ela. E a sua reação a esse ostracismo, foi o de questionar – processo acional característico de quem é militante. Já a reação da pessoa foi a de fugir ao dizer frases típicas de quem quer se eximir de responsabilidade frente às situações de preconceito e discriminação. Frases por ela citadas como: “não, eu não falei isso, né?” e “imagina, eu não tive essa intenção, se foi isso que pareceu, desculpa” são características de microagressões que “muitas vezes” se repetem no cotidiano de pessoas trans. E a pessoa que comete tal agressão, de opressora pretende ser entendida como oprimida ao negar que há transfobia (Nadal et al., 2010). E “nada é escancaradamente, sabe?”, ou seja, nada é claro, óbvio, aberto, descoberto para que todos vejam e entendam a violência que pessoas trans sofrem em suas interações sociais.

As análises realizadas neste eixo temático demonstram como as microagressões são representadas por atores que estão envolvidos nas interações sociais cotidianas com as pessoas trans. Pode-se falar em microagressões silenciosas, que nem sempre são escancaradas por mais que são recorrentes. As pessoas que sustentam essas microagressões as justificam de modo a não se responsabilizarem por tal ato, querem banalizar o mal que produzem e propagam ao se colocarem como oprimidas no lugar que deveria ser o de opressoras (Nadal et al., 2010; Nadal et al., 2012; Nadal et al., 2016). O sentimento dela talvez seja o de se empoderar e não se calar para resistir às violências cotidianas que experimenta e que podem resultar em sofrimento (Nadal et al., 2016, DeSouza et al., 2017).

Representação das microagressões às pessoas trans por atores sociais: um olhar sobre a família, escola, igreja e estado

Neste eixo temático, pretende-se analisar a representação das microagressões às pessoas trans por atores sociais, como a Família, Escola, Igreja e Estado. O significado representacional é coerente para a análise, pois auxilia na percepção sobre como esses atores sociais agem sobre o mundo e sobre os outros, ou seja, como suas crenças e normas tem implicações sobre o modo de ser e agir das pessoas trans. Salienta-se que o significado identificacional é profícuo para análise, pois possibilita perceber como a entrevistada se coloca no mundo frente à conjuntura social, na qual está inserida. Os excertos de E1 a E4 verbalizam e acionam diversos atores:

(E1) Tinha toda uma problemática com a minha família que sempre foi muito, muito arredia com essas questões, tanto da homossexualidade como da questão da identidade de gênero.

No excerto 1, a família é nomeada e acionada como ator pela entrevistada ao relatar por meio do advérbio de intensidade “muito” – repetido e enfatizado duas vezes –, toda a problemática que envolvia as circunstâncias – “as questões” – da homossexualidade antes da sua transição, e as questões da identidade de gênero, após a sua transição. Essa foi a problemática experienciada por ela em processo relacional durante a transição, observado no texto por meio do verbo “tinha” no pretérito imperfeito. Chang e Chung (2015) já diziam sobre as microagressões enfrentadas, antes durante e após a transição. A declaração afirmativa do estado afetivo da família, apresentando-se como “arredia”, aponta para o desamparo familiar experimentado, ou seja, para microagressões familiares baseadas em rejeição (Nadal et al.,

2012). Como abordado pela análise discursiva de Soich (2019), a família seria um dos (senão o principal) ator(es) no processo de exclusão infligido à pessoa trans.

(E2) Durante um pedaço da minha adolescência, da minha infância e da minha adolescência eu vivia dentro da Igreja evangélica sim e da [nome da igreja], né? E ali antes mesmo de vivenciar todas essas questões da transexualidade, eu já via que tinha uma distorção do que era, né? O entendimento da religião, do entender da palavra de Deus, do amor ao próximo que se prega tanto e naquele ambiente muitas vezes não era colocado.

No excerto 2, a entrevistada nomeia e aciona o ator Igreja no espaço temporal no qual o processo experimentado de viver “dentro da Igreja evangélica”, alcançou o período da “infância” e da “adolescência”. Ela não se afasta da sua responsabilidade frente às percepções do que “via” neste espaço. E por meio da *metáfora* “distorção”, revela o desvirtuar da “religião”, “palavra de Deus” e “amor”, presunções valorativas ditas, mas dissonantes do que “era colocado” – no sentido de colocado em prática –, o que demonstra que as circunstâncias eram contraditórias dentro desse lugar, devido à falta de “entendimento” das pessoas que frequentam esses espaços, mas que não foram incluídas na fala da entrevistada. Conforme apontam Nadal et al. (2010), há um desconforto e desaprovação, e até mesmo condenação de indivíduos LGBTs por quem não é LGBT.

(E3) Porque, sei lá, uma das maiores preocupações das pessoas quando se tem uma travesti ou uma mulher transexual ou um menino trans dentro de uma escola é de qual banheiro usar e aí como eu tive o processo de não transicionar tão cedo, eu consegui estudar e aí eu nunca me lembro de ter aprendido raiz quadrada dentro do banheiro ou então de entender que o Brasil foi colonizado por Portugal também dentro do banheiro, né? Eu aprendi isso dentro de uma sala de aula, então o banheiro tinha que ser uma questão secundária e não uma questão mais prioritária quando a gente vai falar de educação de travestis e transexuais, né?

Na verbalização 3, a “escola” é nomeada e acionada como ator, envolvida com a circunstância social controversa sobre o uso do “banheiro” por “travesti”, “mulher transexual” e “menino trans”. As “pessoas” que fazem parte da escola também foram acionadas, mas não especificadas. Em todo o relato, ela se coloca como responsável pelo que diz ao narrar seus processos relacionais nos trechos “eu tive”, “eu consegui”, “eu nunca”, “eu aprendi”. E coloca por meio de presunção valorativa, que o “banheiro tinha que ser uma questão secundária e não uma questão mais prioritária”. Ao utilizar-se de *metáforas*, faz correlações entre “raiz quadrada” e a colonização do Brasil para avaliar que “uma questão mais prioritária” não é o uso “banheiro”, mas a “educação de travestis e transexuais”, que deveria ocorrer “dentro de uma sala de aula”. Mais do que isso, não saber raiz quadrada e a história do Brasil interfere em elementos básicos para o exercício da cidadania. É deste modo que ela tece crítica ao sistema educacional pouco inclusivo para pessoas trans, com estigmas e pouco aberto à diferença (Bento, 2006, 2008; Irigaray, 2012; Rodrigues, 2018).

(E4) As populações mais pobres, mais abastardas vão recebendo cápsulas, coisas muito pequenas do que são direitos, do que são garantias, do que são até mesmo deveres, do que são políticas públicas e aí elas recebem esse mínimo e acham que grandes coisas estão acontecendo, enquanto a gente vai vendo que quem está de fato no topo dessa pirâmide é que está gozando e tendo privilégios de todas as beneficências de estar naquele lugar, né?

No excerto 4, o tema central envolve o campo da cidadania e suas ordens discursivas quanto à (não)concessão de direitos e à (não)criação de políticas públicas direcionadas às

peças trans. Desse modo, pode-se presumir que o Estado é o ator que não foi nomeado, mas foi acionado implicitamente, considerando que é o ente responsável por manter o cenário circunstancial de desigualdades sociais. “As populações”, classificadas como “mais pobres, mais abastadas” são as que recebem “cápsulas”, *metáfora* para dizer que recebem “coisas muito pequenas”/“esse mínimo” do que são “direitos”, “garantias”, “deveres”, “políticas públicas” ou também “coisas” que aparecem indefinidas na sua fala. Esse é o juízo de valor que a entrevistada faz e complementa com a diferença experimentada por “quem está de fato no topo dessa pirâmide”, outra *metáfora* para dizer sobre quem experimenta o processo de estar “gozando e tendo privilégios de todas as benéfices”, termo utilizado por meio de linguagem inclusiva, mas que demonstra todo o processo de exclusão social. “Estar naquele lugar”, ou seja, “no topo dessa pirâmide” é ter, portanto, “privilégios” e “benéfices”. Comportamentos explícitos de exclusão estrutural (Brewster, Velez, Mennicke, & Tebbe, 2014; Carrieri et al., 2014; Irigaray, 2012; Di Marco et al., 2015; DeSouza et al.; 2017). Especificamente nesta verbalização, quando ela utiliza a palavra “a gente” para se colocar na frase, não o faz de modo individual, mas coletivo, para dizer sobre as pessoas minoradas que percebem atentamente as contradições sociais, o que pode gerar estresse minoritário (DeSouza et al., 2017).

As análises realizadas neste eixo temático demonstram como as microagressões são representadas por atores, como a Família, Escola, Igreja e Estado, instituições de poder que de certo modo, deveriam amparar, ao contrário de produzir e propagar contradições sociais, que excluem, dividem e separam pessoas por suas diferenças (Nadal et al., 2010; Nadal et al., 2012; Nadal et al., 2016). Compreender isso, sob o olhar de uma pessoa trans, permite compreender sobre como ela se sente frente a essas imposições sociais. O resgate da memória possivelmente é acompanhado por sentimentos de indignação diante de toda conjuntura social vivida, o que sinaliza o modo como ela se posiciona no mundo.

Representação das microagressões às pessoas trans no trabalho

Neste eixo temático, analisa-se a representação das microagressões às pessoas trans no trabalho. O significado representacional é coerente para a análise por auxiliar a perceber como esses atores sociais que ocupam os espaços organizacionais, agem sobre o mundo e sobre os outros, ou seja, sobre as pessoas trans desde os processos seletivos à (não)inserção e (im)permanência no trabalho. Além de observar o significado identificacional ao ponto de perceber a subjetivação de si frente a outras pessoas cisgêneras. Seguem excertos de E5 a E7 que verbalizam e acionam esses diversos atores:

(E5) Lógico que falando de pessoas travestis e transexuais quando a gente fala de trabalho, infelizmente a gente dificilmente vai ter um trabalho formal, a não ser que a gente passe num concurso, mas essa acaba sendo não uma realidade.

“Lógico”, *metáfora* do que é fundamentado e legítimo, é o termo utilizado para retratar a conjuntura social que “pessoas travestis e transexuais” vivem frente ao “trabalho formal” – significante de ter contrato e/ou carteira assinada. Nesta verbalização, a entrevistada nominaliza e intensifica a palavra “a gente” três vezes a fim de modalizar uma visão coletiva sobre a qual ela também se inclui quanto à “realidade”, circunstâncias sociais não inclusivas no mundo do trabalho que perpassam as experiências de vida de pessoas trans com estigmas (Goffman, 2012), a não ser se passarem “num concurso”, que neste caso, independe da avaliação de um outro. O processo relacional marcado pela oração “a gente dificilmente vai ter” expressa uma (des)esperança frente ao futuro do trabalho diante de uma violência legitimada no mundo do trabalho, a partir de normas culturais dominantes (Resnick & Galupo, 2018; Worthen, 2016). Essa circunstância é avaliada por meio do vocábulo “infelizmente”, que aponta para o sentimento da entrevistada diante do cenário que ela expõe, de modo a lamentar sobre algo que possivelmente lhe provoca tristeza (Robinson et al., 2013).

(E6) Infelizmente de 2009 até hoje [nome da entrevistadora], eu só consegui trabalhar em projetos e aí, esses projetos eram ligados à população LGBT. Então eu sempre trabalhei em lugares a princípio que são cômodos para a minha existencialidade, para a minha identidade, então eu nunca, como eu te falei assim, eu nunca tive a minha carteira de trabalho assinada, então por um lado é muito confortável nunca ter precisado da iniciativa privada, mas hoje eu tenho 37 anos e eu não sei como vai ser o meu processo de aposentadoria por exemplo, né?

Neste excerto, a fala da entrevistada começa com a mesma expressão anterior do sentimento que “infelizmente” vive, o que na sua avaliação, demonstra ser uma forma de lamento por não ter a “carteira de trabalho assinada”. Trabalhar em projetos “ligados à população LGBT”, metaforicamente, aparece como um lugar “cômodo” para ela, sinônimo de algo “confortável” para a sua “existencialidade” e “identidade”. Termos fortes que expressam como ela se identifica e se representa no mundo como uma pessoa trans. A todo momento, ela se responsabiliza sobre o seu argumento, o que pode ser observado no modo como expressa seus processos relacionais e modalizadores: “eu só consegui”, “eu sempre trabalhei”, “eu nunca”, “eu te falei”, “eu tenho”, “eu não sei”. Ela traz na sua fala o “processo de aposentadoria”, que é um evento representado como algo incerto, que ela não sabe “como vai ser”, devido “nunca” ter tido a “carteira de trabalho assinada”. “População LGBT” e a “iniciativa privada” são atores que aparecem além dela e que estão explícitos. O segundo refere-se às organizações sem a participação do setor público. E implicitamente, pode-se considerar o Estado também como ator, como entidade federativa que deveria evitar discriminações e proporcionar oportunidades de trabalho, de modo a habilitar todas as pessoas aos processos de aposentadoria. As circunstâncias descritas reverberam o apagamento de pessoas trans frente às iniciativas públicas e privadas quanto ao acesso e permanência no trabalho, o que é sinal de microagressões sistêmicas e ambientais (Nadal et al., 2012).

(E7) E aí não porque eu não queira trabalhar no comércio, não porque eu nunca fui atrás disso, como eu te falei, durante um processo do... logo após a minha formação eu entreguei vários currículos, vários, em vários lugares: em agências de [nome da área de formação], em padaria, em farmácia, em loja, eu entreguei em vários lugares mesmo, mas só que eu também levei muito tempo para entender que as pessoas não me chamavam, porque eu era uma pessoa transexual. E aí, isso ainda ficou muito mais nítido quando eu comecei a colocar no meu currículo a minha identidade de gênero, que eu colocava, eu mesma colocava no meu currículo gênero e aí eu colocava a minha identidade como mulher transexual. E aí depois que eu passei a fazer isso, nem mais para as entrevistas eu era chamada. Então eu fiz uma determinada experiência para saber se de fato era isso e eu só comprovei que eu não era chamada pelo fato de ser uma mulher transexual, né?

“O fato de ser uma mulher transexual” é parte do evento que ela identifica e representa como o motivo de não ser chamada para processos seletivos em organizações, como no “comércio”, “agências”, “padaria”, “farmácia” e em “vários, em vários lugares”, o que intensifica e amplia o cenário macro social de não inclusão no mundo do trabalho, considerando que as pessoas são socializadas em normas preconceituosas e acabam por sustentá-las ao longo da vida (Nadal et al., 2016). As circunstâncias são temporalizadas, o que demonstra perspectiva longitudinal que ela levou “muito tempo para entender” em seus processos relacionais – “eu era” –, e acionais – “eu entreguei”, “eu comecei”, “eu colocava” –, enquanto agia em direção a conseguir trabalho formal. Ela é a pessoa que vive e diz todas essas questões. “Pessoas” representam participantes que estão ligados de modo direto ou indireto aos processos de recrutamento e seleção nas organizações e que não a chamavam para entrevistas. Usar a terminologia “nítido” demonstra a clareza que ela teve sobre o efeito da sua “identidade de gênero” como “mulher transexual” em exposição no currículo, como uma “experiência” para

comparar a exclusão de pessoas trans do mercado de trabalho formal. Pode-se perceber o exercício da entrevistadora ao se comparar com o “grupo de controle” em tal experiência metafórica, formado talvez por pessoas cisgêneras, que ocupam esses espaços sem preocupação de afirmarem a identidade de gênero no currículo. E a *avaliação* ao demonstrar seu processo mental afetivo nas frases iniciais quando diz “não porque eu não queira” e “não porque eu nunca fui”. Essas frases expressam a ciência da sua vulnerabilidade social e não uma mera passividade. E como dito por Robinson et al. (2013), o impacto é a redução da interação social, acompanhado do sofrimento, como pontuam Nadal et al. (2016).

As análises realizadas neste eixo temático demonstram como as microagressões são representadas por atores que estão envolvidos na conjuntura social do mundo do trabalho, como a população LGBT, as pessoas ligadas diretamente ou não aos processos de recrutamento e seleção e o próprio Estado, como ente federativo que deveria promover trabalho e oportunidades mais igualitárias. Pode-se falar no silêncio da ausência de pessoas trans no ambiente de trabalho formal, espaço pouco aberto para às diferenças e não muito inclusivo (Bento, 2006, 2008; Carrieri et al., 2014; Irigaray, 2012; Rodrigues, 2018). O sentimento dela talvez seja o da dor, ao se comparar com pessoas que não precisam se preocupar com a afirmação da identidade de gênero para estarem no trabalho. Isso pode causar danos psicológicos e físicos profundos (DeSouza et al., 2017).

Considerações Finais

Este artigo discutiu a conjuntura social, rede de práticas, com suas (redes de) ordens do discurso, que operam controlando a variabilidade dos discursos e seus elementos estruturais linguísticos e não linguísticos, na qual se localizam os problemas vivenciados por pessoas trans, especialmente a representação das microagressões que vivenciam no mundo do trabalho. Essa análise conjuntural está relacionada a uma prática particular, que, neste caso, é compreendida com/por meio dos textos ao envolver pessoas trans, suas histórias de vida e trajetória profissional; diversos atores sociais que atuam em diferentes domínios institucionais, como na Escola, Igreja, Família, Estado e ambiente de trabalho; entre outras instâncias de poder e controle que associam práticas discursivas e sociais com o objetivo de normatizar e regular a produção, o consumo e a distribuição dos saberes, estratégias e práticas (Vieira & Resende, 2016). A intenção das Instituições de poder foi a de organizar pessoas, estruturas e linguagens. Essas ordens do discurso produzidas e propagadas, por combinarem de modo dialético gêneros (modos de agir); discursos (modos de representar); e, estilos (modos de identificar), apresentam-se como maneiras relativamente estáveis de ação, ligados a situações particulares e sócio situadas, o que supõe ação e poder sobre as pessoas, causando-lhes efeitos diversos (Fairclough, 2003).

Partindo do pressuposto que todas as áreas da vida social se constituem a partir do aspecto discursivo atrelado a uma rede de práticas sociais, com relativa estabilidade (Fairclough, 2003), pode-se dizer a partir das análises realizadas, que não há espaço para a diversidade, diferença e variabilidade de condutas e comportamentos, mas sim, espaço para a homogeneização de corpos e mentes. E isso é em si, uma forma de violência no mundo do trabalho, que provém de ordens do discurso disciplinares baseadas em redes de práticas hétero-cis-normativas, patriarcais, sexistas, misóginas, racistas, classistas, entre outras formas de discriminação e segregação violentas na sociedade. Essas ordens de discurso são investidas de controle, poder e dominação, e materializadas nas representações das microagressões sofridas pelas pessoas trans, acompanhadas por sentimentos de indignação, dor e empoderamento ao questionar tudo que obstaculiza o modo de ser, identificar e representar no mundo do trabalho.

Acredita-se que este estudo, ao discutir as representações dessas microagressões e suas implicações sobre as pessoas trans à luz da análise de discurso crítica, poderá proporcionar

novas traduções para as práticas discursivas, sociais e culturais na contemporaneidade. A intenção é a de mitigar as violências experimentadas por pessoas trans no contexto social e no mundo do trabalho. É desse modo, que a preocupação maior do estudo é social, por mais que utilizou do aporte teórico-metodológico da linguística. Abrem-se, portanto, espaço para discussões futuras sobre o sofrimento vivenciado frente às microagressões no mundo do trabalho, assim como as respostas subjetivas que pessoas trans experimentam como estratégias e mecanismos de defesa e resistência para existirem como subjetividades *queers* na sociedade.

Referências

- Almeida, C. B., & Vasconcellos, V. A. (2018). Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. *Rev. direito GV*, 14(2), 303-333.
- Amorim, S. M. G. *Escola e transfobia: vivências de pessoas transexuais*. (2018). Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR), Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- Bastos, L. C., & Biar, L. D. A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 31, 97-126. doi:10.1590/0102-445083363903760077
- Balzer, C., LaGata, C., & Berredo, L. (2016). TMM annual report 2016. *TvT Publication Series*, 14. Recuperado de: <<http://www.suarakita.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>>.
- Bento, B. (2006). *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond/Clam.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2003). *A dominação masculina* (3a. ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brewster, M. E., Velez, B. L., Mennicke, A., & Tebbe, E. (2014). Voices from beyond: a thematic content analysis of transgender employees' workplace experiences. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(2), 159-169. doi:10.1037/sgd0000030
- Butler, J. (2019). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carrieri, A. D. P., Souza, E. M. D., & Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(1), 78-95. doi:10.1590/S1415-65552014000100006
- Chang, T. K., & Chung, B. (2015). Transgender Microaggressions: Complexity of the Heterogeneity of Transgender Identities. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 9(3), 217-234. doi:10.1080/15538605.2015.1068146.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Costa, A. B., Brum, G. M., Zoltowski, A. P. C., Dutra-Thomé, L., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., & Koller, S. H. (2020). Experiences of discrimination and inclusion of brazilian transgender people in the labor market. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 20(2), 1040-1046. doi:10.17652/rpot/2020.2.18204
- Davis, D. (2009). Transgender issues in the workplace: HRD's newest challenge/opportunity. *Advance in Developing Human Resources*, 11(1), 109-120. doi:10.1177/1523422308329189
- Di Marco, D., Hoel, H., Arenas, A., & Munduate, L. (2018). Workplace incivility as modern sexual prejudice. *Journal of Interpersonal Violence*, 33(12), 1978-2004. doi:10.1177/0886260515621083
- DeSouza, E. R., Wesselmann, E. D., & Ispas, D. (2017). Workplace Discrimination against Sexual Minorities: Subtle and not-so-subtle. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, 34(2), 121-132. doi:10.1002/cjas.1438

- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. London; New York: Routledge.
- Fairclough, N. (2015). *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Goffman, E. (1963). *Stigma*. NJ: Prentice Hall.
- Irigaray, H. A. R. (2012). Travestis e transexuais no mundo do trabalho. In.: M. E. Freitas, & M. Dantas (Orgs.). *Diversidade sexual e trabalho* (pp. 121-148). São Paulo: Cengage.
- Magalhães, I., Martins, A. R., & Resende, V. M. (2017). *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Marinho, S., & Almeida, G. A. (2019). Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. *Sociedade e Cultura*, 22(1), 114-134. doi: 10.5216/sec.v22i1.57888
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological bulletin*, 129(5), 674-697. doi:10.1037/0033-2909.129.5.674
- Nadal, K. L., Whitman, C. N., Davis, L. S., Erazo, T., & Davidoff, K. C. (2016). Microaggressions toward lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, and genderqueer people: A review of the literature. *The Journal of Sex Research*, 53(4-5), 488-508. doi:10.1080/00224499.2016.1142495
- Nadal, K. L., Rivera, D. P., & Corpus, M. J. H. (2010). Sexual orientation and transgender microaggressions: Implications for mental health and counseling. In: D. W. Sue (Ed.), *Microaggressions and marginality: Manifestation, dynamics, and impact* (pp. 217-240). Hoboken, NJ: Wiley.
- Nadal, K. L., Skolnik, A., & Wong, Y. (2012). Interpersonal and systemic microaggressions toward transgender people: Implications for counseling. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 6(1), 55-82. doi:10.1080/15538605.2012.648583
- Podestà, L. L. (2019). Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Revista Periódicus*, 11(1), 363-380.
- Resnick, C. A., & Galupo, M. P. (2019). Assessing experiences with LGBT microaggressions in the workplace: Development and validation of the microaggression experiences at work scale. *Journal of Homosexuality*, 66(10), 1380-1403. doi:10.1080/00918369.2018.1542207
- Robinson, S. L., O'Reilly, J., & Wang, W. (2013). Invisible at work: An integrated model of workplace ostracism. *Journal of Management*, 39(1), 203-231. doi:10.1177/0149206312466141
- Rodrigues, E. G. (2018). *Visibilidade trans na produção científica brasileira: contextos, temas, desafios e tendências*. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde), Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Salles, H. K. D., & Dellagnelo, E. H. L. (2019). A Análise Crítica do Discurso como alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. *Organizações & Sociedade*, 26(90), 414-434. doi:10.1590/1984-9260902
- Soich, M. (2019). A exclusão começa em casa: análise crítica da construção da representação discursiva da identidade de gênero trans em relação à família e a outros atores sociais. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 20(1), 173-200. doi:10.26512/les.v20i1.11184
- Vieira, V., & Resende, V. D. M. (2016). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Worthen, M. G. F. (2016). Hetero-cis-normativity and the gendering of transphobia. *International Journal of Transgenderism*, 17(1), 31-57. doi:10.1080/15532739.2016.1149538